

09.outubro.2013 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: **SIPE – Sindicato Independente de Professores e Educadores**
Professores Júlia Azevedo, Rosa Sá e Luís Santos.

Recebido por: Deputados Acácio Pinto (PS, que presidiu à reunião, Isilda Aguincha (PSD), Maria José Castelo Branco (PSD), Rita Rato (PCP), Paula Baptista (PCP) e Rui Jorge Caetano (CDS-PP).

Assunto: Novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, prova de ingresso na carreira docente, oferta de escola, número excessivo de alunos nas turmas.

Exposição: Os representantes do SIPE – Sindicato Independente de Professores e Educadores, transmitiram as suas preocupações com o novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, aprovado no Conselho de Ministros no início de setembro e que aguarda a promulgação do Presidente da República, referindo que o mesmo abre a porta ao cheque-ensino.

Salientaram que a Suécia tem o sistema há 20 anos, apenas em algumas escolas e os seus resultados escolares têm diminuído. Referiram que o cheque-ensino pressupõe a possibilidade de escolha das escolas pelos encarregados de educação e indicaram que as escolas privadas têm um limite de alunos e as escolas públicas ficarão com os piores alunos.

Defenderam que as escolas privadas com contrato de associação lesam o contribuinte, gerando diminuição dos alunos da escola pública. Nesta sequência, solicitam que a Assembleia da República solicite a apreciação parlamentar do Decreto-Lei em causa, se o mesmo for promulgado.

Manifestaram depois o seu desacordo em relação à prova para ingresso na carreira docente, salientando que os professores têm habilitações para o ensino e muitos já são possuidores de profissionalização e têm tido contratos sucessivos, com classificação de Bom

Referiram que a dispensa da prova para os professores contratados foi negociada anteriormente e a atual alteração, que não prevê a dispensa, envolve uma quebra de confiança em relação à negociação anterior. Assim, pediram a intervenção da Assembleia da República e informaram que vão interpor um processo judicial em relação a esta matéria.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Em relação à utilização do processo de oferta de escola para recrutamento de docentes para as escolas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), referiram que os professores concorrem a várias escolas e têm de se chamar sucessivamente os classificados, o que gera perda de tempo para a colocação e quebra de expectativas. Assim, propõem que se utilize o concurso nacional para o recrutamento destes professores.

Por último, indicaram que há turmas com 36-40 alunos, o que dificulta o seu acompanhamento, pelo que pedem que seja estabelecido um limite máximo de alunos por turma.

De seguida, a Sr.^a Deputada Isilda Aguincha (PSD) fez uma intervenção referindo que estão abertos à hipótese do cheque-ensino, para se concretizar a liberdade de escolha do estabelecimento de ensino por parte dos encarregados de educação, embora não descurem as preocupações em relação à escola pública.

Realçou, depois, que muitas escolas privadas vieram satisfazer necessidades do sistema ao longo dos anos, pelo que não querem prescindir delas e defendendo que tendo sido parceiros, querem que continuem a ter espaço.

Por último, informou que vão continuar a acompanhar as questões da prova para ingresso na carreira docente e do volume das turmas.

A Sr.^a Deputada Rita Rato (PCP) indicou que pedirão a apreciação parlamentar do Decreto-Lei do novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, realçou que a Constituição da República Portuguesa defende a rede pública e defendeu que as escolas privadas podem existir, mas não devem ser financiadas pelo Orçamento do Estado.

A Sr.^a Deputada Paula Batista (PCP) indicou que o PCP é contra a prova de ingresso na carreira docente, realçou que a oferta de escola tem correspondido a necessidades permanentes, quando não era isso que estava na sua génese e informou que lhes têm dado conhecimento de várias situações de turmas com um número excessivo de alunos e já enviaram uma pergunta ao Governo sobre essa matéria.

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) defendeu que a liberdade de escolha não se opera pelo cheque-ensino mas pela qualificação da escola pública, a quem devem ser atribuídos os meios necessários, humanos e financeiros, para que a mesma não continue a ser degradada. No que respeita à oferta de escola, defendeu uma colocação de professores menos burocrática e mais ágil e flexível.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Em resposta, os representantes do SIPE reiteraram o prejuízo que o cheque-ensino envolve, referindo que o ensino público ficará reduzido aos alunos que não possam ir para o ensino privado. Realçaram ainda que, nessa sequência, haverá menos turmas no ensino público e diminuição do número de professores. Indicou ainda que as escolas privadas não cumprem integralmente os direitos do pessoal e daí pode resultar uma diminuição dos custos do ensino, em comparação com os da escola pública.

No que respeita ao regime da oferta de escola, referiu que o SIPE, em sede de negociação, deu acordo ao diploma respetivo, mas conclui agora, após a avaliação da sua aplicação, que o mesmo não funciona, gerando uma grande máquina burocrática, demoras e quebra de expectativas.

Por último, reiteraram que a liberdade de escolha não contribui para a igualdade de oportunidades, referindo que as escolas ficarão em concorrência entre si, perdendo-se a colaboração e defenderam que o financiamento público deve ser para a escola pública e não para o cheque-ensino.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 09 de outubro de 2013

A assessora da Comissão

Teresa Fernandes